

## **Entre a ordem e o discurso:** a Aids e a normalização do comportamento da década de 1980

*Ítalo Cristiano Silva e Souza*<sup>1</sup>

**Resumo:** Este artigo problematiza a emergência da Aids, seus sentidos, conceitos e discursos que a recobrem no momento de sua aparição na década de 1980. Tomou-se como interlocução a literatura e a imprensa escrita a partir do jornal O Estado, de circulação regional no período em estudo, o jornal Folha de São Paulo e a revista Veja de circulação nacional. Como aporte metodológico foi utilizado a análise do discurso como lócus pelo qual o significado engessa e fixa os limites do significante. Observou-se que os discursos formatados nesse momento foram retirados do saber médico higienista que se forma no Brasil no final do século XIX e que perpassa essa mesma sociedade durante a primeira metade do século XX. A partir da década de 1950 tivemos mudanças de comportamento envolvendo a sexualidade e o corpo, promovendo uma ressignificação dos sentidos sobre o conceito de corpo higiênico. Posteriormente na década de 1980 com a irrupção da Aids foi possível observar uma volta aos antigos modelos normalizadores do corpo bem como uma associação da doença a uma gama de imagens apocalípticas sobre a mesma, associadas ao comportamento “degenerativo” de homossexuais, hippies e prostitutas.

**Palavras-chave:** História, Aids, Identidade, Doença, Discurso.

**Abstract:** This article discusses the emergence of AIDS, their meanings, concepts and discourses that overlie the moment of their appearance in the 1980s. It took dialogue as literature and the press from O Dia newspaper of regional circulation in the study period, the newspaper Folha de São Paulo and Veja magazine of national circulation. As methodological approach was used discourse analysis as a locus for which the meaning plaster and setting the limits of the signifier. It was observed that the speeches formatted that time were taken from the medical knowledge hygienist formed in Brazil in the late nineteenth century and running through that same company during the first half of the twentieth century. From the 1950s had behavioral changes involving sexuality and the body, promoting a redefinition of the meanings of the concept of glass toilet. Later in the 1980s with the outbreak of AIDS was possible to observe a return to old models normalizing the body as well as an association of the disease with a range of apocalyptic images on it, linked to behavior "degeneration" of homosexuals, hippies and prostitutes.

**Keywords:** History, AIDS, Identity, Illness; Speech.

**Between the order and speech:**  
the normalization of AIDS and behavior 1980

---

<sup>1</sup> Mestrando em História do Brasil, pela UFPI (2012-2014), é licenciado em História pela Universidade Estadual do Piauí. Vinculado ao grupo de pesquisa História da Saúde e da Doença, vinculado ao CNPq. E-mail: [italocristianopi@yahoo.com.br](mailto:italocristianopi@yahoo.com.br)

Uma forma cômoda de travar conhecimento com uma cidade é procurar saber como se trabalha, como se ama e como se morre. Na nossa pequena cidade, talvez por efeito do clima, tudo se faz ao mesmo tempo, com o mesmo ar frenético e distante. Isto é: aqui, as pessoas se entediam e se dedicam a criar hábitos.

O trecho acima compõe o livro “A Peste” do filósofo Albert Camus publicado na década de 1940, onde este nos fala de uma cidade chamada “Oran” situada no norte da África, que num determinado momento de sua história passou por uma grande epidemia, a peste negra, ocasionando a morte de metade de sua população. Camus chama-nos atenção para algo que é de suma importância para entender a sua obra literária: as formas de se conhecer uma cidade; “como se trabalha, como se ama e como se morre”, as práticas dos sujeitos que a habitam com relação ao trabalho, ou seja, os sentidos daí decorrentes. Nesse ponto sabemos que em “Oran” seus moradores se dedicam ao lucro, à acumulação de riquezas não restando tempo para mais nada. Isso nos remete ao amor: “como se ama”, por falta de tempo ficamos sabendo também que nesta cidade as pessoas se consomem ou se devoram “no que se convencionou chamar de ato de amor”. E por fim e não menos importante, diante das circunstâncias e das relações de amor e trabalho, somos informados que o “criar hábitos” é o que resta para uma população que despreza a perda de tempo, e prima pela ordem, pela eficiência e eficácia dos corpos, pela sua saúde, ficar doente em Oran, segundo Camus, é um inconveniente, é “desagradável”, numa sociedade que enaltece os prazeres, onde “tudo exige boa saúde. Lá o doente fica muito só” (CAMUS, 2003).

Dessa forma percebemos que a cidade narrada por Camus, “Oran”, pode muito bem representar as cidades constituídas nos “tempos modernos”, num período em que o também filósofo Michel Foucault identificou como sendo o momento em que haverá um processo de normatização dos corpos, uma disciplinarização do tempo, do espaço e do próprio sujeito;

Quanto aos instrumentos utilizados, não são mais jogos de representação que são reforçados e que se faz circular; mas formas de coerção, esquemas de limitação aplicados e repetidos. Exercícios, e não sinais: horários, distribuição do tempo, movimentos obrigatórios, atividades regulares, meditação solitária, trabalho em comum, silêncio, aplicação, respeito, bons hábitos. E finalmente, o que se procura reconstruir nessa técnica de correção não é tanto o sujeito de direito, que se encontra preso nos interesses fundamentais do pacto social: é o sujeito obediente, o indivíduo sujeito a hábitos, regras, ordens, uma autoridade que se exerce continuamente sobre ele e em torno dele, e que ele deve deixar funcionar automaticamente nele (FOUCAULT, 1987, p.117).

A sociedade ocidental a partir do século XVIII entraria assim, num turbilhão centrífugo de institucionalização do saber a partir das ciências humanas, porque é exatamente nesse momento que temos a invenção, a construção do sujeito moderno. Um sujeito centrado em si mesmo, conhecedor e provedor de toda a ação, amparado pela ciência aplicará a ordem não só sobre seu corpo, como também às palavras e as coisas (FOUCAULT, 1999).

É nesse contexto de que nos fala Foucault que podemos compreender “Oran”, uma cidade onde as pessoas se dedicam a criar hábitos. São condicionadas por uma determinada prática discursiva alusiva aos sentidos sobre o trabalho, o amor, o prazer e a doença; são estimuladas a agir sem saber, a comer sem saber, a cuidar de si sem saber dentro de um processo de naturalização das ações e dos cuidados de si. A grande questão posta por Camus e ressoada em Foucault é, como os habitantes de Oran entraram nessa “ordem do discurso”, transpondo “Oran” para a nossa cidade, Teresina-PI, como nós, modernos que somos, entramos nessa “ordem do Discurso”?

Ou seja, de acordo com a constituição de nossos “hábitos” fomos investidos a partir da linguagem, de identidades sobre o ser homem, ser mulher, o estar com saúde e o estar doente, podendo então de acordo com o lugar que ocupamos receber não só as identidades específicas mas também as representações que a acompanham. Entre o corpo saudável e o corpo doente atravessamos a fronteira entre o que pode ser aceitável e tolerável por uma sociedade, e o que pode ser excluído, posto à margem; entre o ser homem e o ser mulher podemos ou não habitar uma outra fronteira não menos dicotômica e excludente entre ser “normal” ou ser um “anormal”. Para Hall (2001), as identidades são forjadas dentro de um sistema complexo de representação cultural por um conjunto de significados, de símbolos que se agregam segundo os mais variados interesses políticos e sociais em um determinado contexto histórico.

Este artigo visa problematizar a “desordem” provocada pelo surgimento de uma doença, a Aids, tomando como ponto de partida a compreensão que nos faz ser o que somos, modernos, com nossos hábitos, com a nossa falta de tempo. Com a ajuda da literatura, essa arte essencialmente humana, “demasiada humana” utilizaremos as obras: “A Peste” de Albert Camus, “A Alma do Lázaro” de José de Alencar, “On The Road” de Jack Kerouac e “O Alienista” de Machado de Assis”. Tomamos esses autores que escreveram obras ficcionais nos mais diferentes contextos e épocas para ficcionar nossa própria história. Para apreendermos a história de uma doença, a Aids, faz-se necessário recorrer à literatura, impregnada que é de coisa humana.

Por modernidade, entendemos o período que se estende do século XVIII ao nosso século XXI, composta de elementos que com alguns níveis de variação para mais ou para menos temos as características apontadas por Foucault acima. Ou seja, um sentido de normatização, de disciplinarização da sociedade. Dentro dessa perspectiva alguns discursos desse momento histórico nos são norteadores, como por exemplo, o discurso médico sobre a sexualidade, ou mais precisamente a norma médica de higienização da sociedade por meio do sexo, que na Europa começa a se formar no século XVIII e no Brasil se dá no final do século XIX.

[...] Os governos percebem que não têm que lidar simplesmente com sujeitos, nem mesmo com um “povo”, porém com uma “população”, com seus fenômenos específicos e suas variáveis próprias: natalidade, morbidade, esperança de vida, fecundidade, estado de saúde, incidência das doenças, forma de alimentação e de habitat. [...] No cerne deste problema econômico e político da população: o sexo [...]. Mas é a primeira vez em que, pelo menos de maneira constante, uma sociedade afirma que seu futuro e sua fortuna estão ligados não somente ao número e à virtude dos cidadãos, não apenas às regras de casamento e à organização familiar, mas à maneira como cada qual usa seu sexo (FOUCAULT, 1988, p.29).

Jurandir Freire Costa, um dos estudiosos do assunto nos aponta que com a passagem da sociedade agrária brasileira para a sociedade urbana na transição do século XIX para o XX, houve a emergência de um novo saber em nossa sociedade amparado por interesses políticos do período, o saber médico. Saber este que dentro de uma relação de força, estabelece-se enquanto poder, esquadrinhando e normatizando a população, as cidades e as instituições nesse momento. Temos a constituição do que Foucault denomina como uma “ordem do discurso” que irá definir os papéis de cada um na cidade, em casa, na escola, nas prisões e nas fábricas. É dentro desse processo de higienização da sociedade que temos a condenação dos sujeitos desviantes: libertinos, celibatários, homossexuais e prostitutas são o alvo preferencial desse processo normatizador (COSTA, 2004).

[...] O homossexual era execrado porque sua existência negava diretamente a função paterna, supostamente universal na natureza do homem. A manipulação de sua vida, neste caso, servia de antinorma ao “viver normal”, assimilado ao comportamento heterossexual masculino. Contudo, além desse valor “teratológico”, segundo a óptica populacionista, a homossexualidade reforçava inúmeros outros objetivos higiênicos, todos eles “preventivos” das eventuais distorções que o homem poderia sofrer em sua marcha da infância até a futura condição de pai (COSTA, 2004, p.247).

É interessante frisar que esses sujeitos passam a ser não só dissecados pelo saber médico, como são identificados pelos discursos produzidos ao longo desse período como

“anti-homens”, “seres irresponsáveis e abomináveis” responsáveis pela “desagregação física e moral do homem” (COSTA, 2004). Nessa identificação suas identidades eram formadas, forjadas pelas palavras que o definiam um lugar, uma posição, um sentido, destituídos de qualquer positividade ao verdadeiro modelo de homem higiênico, eram largados às margens da cidade, das cidades, seus corpos destoavam dos padrões de ordem, da ordem médica que primava pelo núcleo familiar saudável e eficiente do mundo burguês desse período.

“Oran” mais uma vez nos serve de inspiração, uma lugar onde não é interessante ficar doente, estar doente. As sociedades modernas, como nos lembra Roberto Machado (1978) tendem a afastar, a isolar os doentes. Principalmente aqueles que são considerados perigosos à ordem. Ao longo da história moderna tivemos a lepra e a loucura como exemplos marcantes do nosso descompasso para com o outro, o outro que carregava em seu corpo os sintomas de uma possível deformação do ser. Seja uma deformação da sua própria anatomia com a lepra, seja a deforma da razão com o louco. Constituíram-se manicômios e os asilos para afastar, isolar e observar esses sujeitos que fugiam à ordem.

Através de tais discursos multiplicaram-se as condenações judiciais das perversões menores, anexou-se a irregularidade sexual à doença mental; da infância à velhice foi definida uma norma do desenvolvimento sexual e cuidadosamente caracterizados todos os desvios possíveis; organizaram-se controles pedagógicos e tratamentos médicos; em torno das mínimas fantasias, os moralistas e, também e sobretudo, os médicos, trouxeram à baila todo vocabulário enfático da abominação (FOUCAULT, 1988, p.37).

Como bem nos lembra Machado de Assis pela fala de um personagem, este define: “a razão é o perfeito equilíbrio de todas as faculdades”; em “O Alienista” temos a história de um médico, o dr. Bacamarte que num belo dia resolve fazer uma verdadeira devassa sobre os habitantes de Itaguaí, nada escapa do seu olhar científico, do sujeito retraído, ao mais exaltado, do bondoso ao rancoroso, todos passam a ser enquadrados em seu manicômio devido aos sintomas de uma possível demência fruto de uma desordem das ações. Para dr. Bacamarte, o que desviava-lhe a sua ordem estabelecida carecia de correção.

Podemos observar que a cidade de Oran parece habitar a cidade de Itaguaí, a busca pelo hábito, o seu cultivo e na falta dele, o medo, a correção. Em Oran uma peste veio a quebrar os hábitos dos habitantes, provocando medo, pânico diante das mortes que se multiplicavam, em Itaguaí a desrazão que atravessa a população também gera medo e pânico. São doenças relatadas pelos seus autores que nos leva a compreender que nossas sociedades, nossas cidades, quebram literalmente com a chegada do outro, ou seja, com a emergência do

estranho, do desconhecido, seja uma peste, uma febre que a todos ataca, seja um delírio, uma ação que foge do comum, da norma.

A Aids na década de 1980, está no ponto de sua emergência, momento em que começa a atingir milhares de pessoas, deformando seus corpos, tirando do hábito populações inteiras em todo o mundo. Com a morte num curto espaço de tempo, sobre os sujeito que são atingidos, se começa a procurar as causas, o motivos por tal enfermidade. Seria um vírus, seria uma espécie de câncer, seriam determinadas práticas a promover tal doença. Práticas relacionadas ao amor, ao sexo, ao delírio. De 1982 a 1985 a doença está no seu auge, ceifando vidas, destruindo sonhos. Sonhos de liberdade construídos ao longo da primeira metade do século XX, “a liberdade pelo prazer de controlar nossos corpos” (DEL PRIORI, 2011), comportamentos transgressores, desbundes culturais sobre uma sociedade fechada sobre a ótica do trabalho-consumo, com seus *Jacks Kerouac* e *Neals Cassady* transbordando seus sentidos pelas ruas, estradas e cidades América à fora. Atravessando e sendo atravessados pelas paisagens e músicas que compunham os cenários de suas aventuras, criando imagens mágicas cheias de adjetivos, verbos, palavras sem fim sobre os vagabundos, as prostitutas, para os “loucos de vida” (KEROUAC, 2011), com uma sexualidade que começa a se dissolver e transformar-se em outra coisa, que não repressão, opressão de mostrar e tocar seus corpos da mesma forma que querem atingir suas almas numa comunhão com os espíritos fantásticos da natureza, é o que no proclama Jack Kerouac em “On the road”.

[...] vê a coisa toda como um mundo cheio de andarilhos de mochilas nas costas, Vagabundos do Darma que se recusam a concordar com a afirmação generalizada de que consomem a produção e portanto precisam trabalhar pelo privilégio de consumir, por toda aquela porcaria que não queriam, como refrigeradores, aparelhos de TV, carros, pelo menos os carros novos e chiques, certos óleos de cabelo e desodorante e bobagens em geral que a gente acaba vendo no lixo depois de uma semana, todos eles aprisionados em um sistema de trabalho, produção, consumo, trabalho, produção, consumo [...] (KEROUAC, 2007, p. 102).

Estamos nas décadas de 1950 e 1960, todo um movimento micropolítico passa a avançar sobre as sociedades modernas. Feministas, negros em busca dos direitos civis e segundo o antropólogo Néstor Perlongher:

Com efeito, após a dura repressão do macarthysmo na década de 50, o surgimento explosivo do Gay Liberação – a partir do confronto entre gays e policiais no bar Stonewall, de Nova Iorque, em 1969 – daria lugar posteriormente a certa “territorialização” das populações homossexuais norte-americanas, que saíram, com tanto frenesi, dos armários do “enrustimento”. Houve verdadeiras migrações para os grande guetos gays

(bairros inteiros habitados por homossexuais) de Nova Iorque e Califórnia. A cidade de São Francisco, epicentro de beatniks e hippies, se converteria na capital do mundo gay [...] (1987, p.55).

Como podemos observar tínhamos mudanças de comportamento e atitude ao longo desse período bastante significativas. A territorialização de beats, hippies e gays em São Francisco na Califórnia é acompanhada, não na mesma intensidade e proporção em algumas cidades do Brasil nesse período, Teresina por ser capital do Estado do Piauí, sofrerá de forma modesta algumas dessas transformações de comportamento ao longo da década de setenta, conectada às mudanças não só nos Estados Unidos, mas também às cidades brasileiras de São Paulo e Rio de Janeiro<sup>2</sup>.

Nesse momento fala-se muito sobre o sexo, a sexualidade. Os discursos se proliferam em vários espaços, ganham contornos novos ou realçam-se velhas identificações travestidas de discurso científico. Como exemplo podemos abordar o espaço escolar, espaço por excelência de disciplinarização dos corpos, dos comportamentos, dos gestos e das ações no período moderno.

Na década de 1960 os discursos sobre a sexualidade atravessam o espaço da escola de múltiplas maneiras, seus mediadores parecem não chegar a um consenso sobre o que ensinar em sala de aula. No artigo veiculado na revista *Veja* em setembro de 1968 intitulado “Sexo na sala de aula” é discutida a pertinência ou não de se estabelecer um diálogo com os alunos sobre o sexo. Refletindo os embates existentes no âmbito político neste momento entre ARENA, braço político da ditadura militar, e o MDB, de cunho mais liberal e agregando os esforços de uma volta à democracia, temos de um lado o esforço do deputado e padre da ARENA Arruda Câmara se utilizando da anuência e influência do seu partido para barrar o projeto de lei da deputada do MDB Júlia Steinbruch sobre a obrigatoriedade da educação sexual nas escolas. Percebemos que o sexo é discutido, é nomeado pelas instâncias políticas institucionais que neste momento se preocupam com os rumos comportamentais existentes no país. Para a deputada Júlia Steinbruch discutir as práticas sexuais livraria as crianças de no futuro serem hippies ou homossexuais, já que para ela, tais comportamentos e modos de existir seriam fruto de uma não educação sobre o sexo no início da formação dos alunos.

É importante ressaltar que a partir do século XIX com a formação de uma medicina social no Brasil responsável por aplicar uma “pedagogia higiênica” sobre a família nuclear

---

<sup>2</sup> Na música temos o movimento tropicalista podendo ser representado por Torquato Neto, na literatura a *beat generation*, nas artes plásticas Lygia Clark e Hélio Oiticica desdizendo a própria noção de arte, como representantes desse momento (CASTELO BRANCO, 2005).

burguesa, tivemos o estabelecimento de uma prática discursiva envolvendo o binômio educação infantil e comportamento adulto, que muito influenciará a visão que irá se consolidar ao longo do século XX com relação à preocupação dos pais com a educação dos filhos. Como nos lembra Costa (2004, p.144), “a maneira como o indivíduo tinha sido tratado na sua infância era determinante de suas qualidades corporais e morais quando adulto”.

Falar para educar, tomando como exemplo modelos comportamentais vistos como “anormais” por uma parcela da sociedade neste momento inseridos num processo político de repressão aos comportamentos desviantes, cujo o foco principal, como nos lembra Gaspari (2003, p.501), era o caminho econômico ao “milagre brasileiro” de crescimento industrial, era imprescindível formar na juventude o modelo ideal de conduta, é nesse sentido que ao longo do referido artigo as poucas escolas que mantêm aulas sobre educação sexual, mesmo antes de ser aprovado projeto de lei, continuam se referindo ao homem e a mulher como entidades fixas, às meninas o assunto mais recontado é com relação à virgindade e aos meninos a masturbação. Preocupações que são significativas de serem observadas tendo em vista que boa parte dos livros utilizados por estas escolas relacionavam o namoro, o casamento, a gravidez e o ato sexual aos preceitos bíblicos. Sendo assim, é perceptível um investimento identitário ao papel feminino que gira em torno da virgindade e do masculino que agrega masturbação a um desvio das funções biológicas quando não a um ato pecaminoso, passível de punição.

Exemplos contrários a estes são discutidos no texto como o exemplo do livro “A juventude diante do sexo” do psicólogo paulista José Ângelo Gaiarsa:

Para quem a educação sexual nas escolas trará maior liberdade neste terreno. Para Gaiarsa, o ensino do sexo poderá eventualmente provocar um desajuste entre filhos e pais, mais ligados “à maneira antiga de se educar”, mas também este ponto é positivo. “A finalidade da educação moderna”, diz, “é provocar mudanças, não reforçar hábitos” (VEJA, 1968, p.76).

Este artigo foi publicado em setembro de 1968, três meses depois o general Costa e Silva, Presidente do Brasil, comandante do período mais truculento do período ditatorial decretava o Ato Institucional nº 5, acabando com qualquer esperança de liberdade de expressão e muito menos de comportamento. A proposta do psicólogo Gaiarsa de provocar mudanças e não reforçar hábitos a partir da educação do sexo certamente teria muita dificuldade de ganhar corpo nas estruturas sociais à fora com este tipo de modelo implementado pelas estruturas governamentais vigentes, que, se não eram seguidos em sua totalidade, tinham o respaldo de boa parte da população brasileira, tendo em vista o discurso

legitimador construído pelo governo de que o país estava crescendo economicamente graças a ação enérgica dos militares não só na economia mas também apoiando ações sociais que condescendessem com as suas propostas de unidade nacional.

Exemplo disto é relatado no mesmo artigo onde uma escola em Belo Horizonte que adotou o curso de educação sexual, nos moldes propostos pelo psicólogo Gaiarsa, se viu, três anos depois, forçada a encerrar as aulas devido a um abaixo-assinado produzido pelos pais dos alunos e encaminhado ao secretário de educação daquela cidade, sob a alegação de que as aulas eram “irresponsáveis, imorais e inúteis” ao aprendizado: “Depois de ouvir a opinião do Conselho Estadual de Educação, o Secretário deu razão aos pais e proibiu as professoras de continuarem falando de sexo”.

Percebe-se que o sexo é colocado em discurso numa circularidade que abrange secretários de estado, deputados, psicólogos, padres, pais, alunos e professores. Discursos que são heterogêneos e não poderia ser diferente, já que os espaços que cada um desses sujeitos ocupa é específico e singular no tempo, mas que em sua totalidade, na medida em que ganham materialidade nas ações do cotidiano criam certas categorias discursivas que enquadram o sexo, um dado biológico, numa representação sobre a sexualidade, um dado cultural, de forma unilinear, ou seja, associam o “falar” sobre o sexo à preceitos bíblicos, carregados de imagens morais, ligando esta ação á imoralidade, inutilidade e irresponsabilidade.

Perigosa associação esta que provoca a construção de uma rede de estereótipos sobre a sexualidade e sobre os comportamentos dela gerados. Hippies e homossexuais poderiam ser explicados e enquadrados nesta rede enunciativa da realidade. Grupos que historicamente são associados ao combate aos “hábitos modernos”, ao comportamento nuclear burguês, e que são dados a perceber no cenário das cidades por meio de um discurso que passa necessariamente pela sexualidade, uma sexualidade carregada de “silêncios” e que por isso mesmo quando pronunciada é imoral, vai contra a moralidade construída por séculos de preceitos cristãos e que no século XIX seculariza-se ganhando o aval científico principalmente da ordem médica.

Foi esse período de anomia interna que favoreceu a aceitação da medicina como padrão regulador dos comportamentos íntimos. A higiene ajudou a família a adaptar-se à urbanização, criando, simultaneamente, normas coerentes de organização interna. O objetivo higiênico de recondução dos indivíduos à tutela do Estado redefiniu as formas de convivência íntima, assinalando, a cada um dos membros da família, novos papéis e novas funções. Estimulando a competição interna entre eles, freando aqui e ali os excessos individuais, dando novas significações aos vínculos entre homens, mulheres, adultos e crianças, a medicina higiênica formulou, enfim, uma

ética compatível com a sobrevivência e a solidez do núcleo familiar “burguês” (COSTA, 2004, p.110).

Quando começam as primeiras manifestações da Aids, é justamente na cidade de São Francisco que serão observados os primeiros casos, logo se espalhando para outros países e mesmo para o Brasil. Como bem observou Perlongher, São Francisco era conhecida como “capital do mundo gay”, logo todo um capital discursivo repressivo é acionado para rastrear as dobras enunciativas sobre a doença. A Aids em suas primeiras manifestações logo é associada à “peste”, trazendo à tona um conjunto de imagens ligadas a dor, sofrimento e morte. Como bem nos mostra um artigo veiculado na revista *Veja* – que segundo Mira (1997) era a revista de maior circulação nacional no período possuidora de uma linha editorial de caráter conservador – de 1985 intitulado: “A peste e a culpa: a AIDS ameaça fazer voltar a um tempo de trevas em que mais do que a doença se combatiam os doentes”.

Nesse caso os doentes em sua grande maioria eram homossexuais, prostitutas e hemofílicos (estes devido às transfusões sanguíneas), foram logo associados a causadores do mal que se abatia sobre a população. Aids passa a remeter a um comportamento, desregrado, desordenado, culposos ou de maneira mais frequente a um pretense “castigo de Deus”. O artigo veiculado no jornal *Folha de São Paulo* intitulado “O delírio do sexo nos Estados Unidos” é significativo na medida em que identifica tal delírio à cidade de São Francisco, e como esta é a “capital do mundo gay” estava aberto o caminho pelo qual os discursos iriam se sobrepor, como uma segunda pele, uma nova identidade recobriria esses sujeitos atingidos pela doença denominados de “vampiros”, “degenerados” e “promíscuos”, culpados enfim, pelo avanço da epidemia.

A vida sexual parecia fortemente ameaçada pela doença. Uma placa de chumbo abatia-se sobre a frenética busca do prazer. Voltavam à cena a abstinência ou a monogamia sexual, o uso de preservativos, a cautela no uso de drogas, o fim do culto à magreza (DEL PRIORI, 2011, p.216).

Cabeleireiros, prostitutas, domésticas, qualquer um que fosse associado à Aids passaram a ser literalmente caçados pela “nova ordem sexual”, que proibia certos prazeres ligados ao transbordamento das emoções, dos desejos, da ordem estabelecida como “natural” pelo discurso médico higienista a partir do século XIX. As palavras, os sentidos já estavam todos formados, construídos, dados a mais de um século. Nas escolas, nas clínicas, nos hospitais, nos manicômios, um modelo moral de comportamento já havia se estabelecido e circulava no imaginário de boa parte da população moderna desse período.

Tivemos então no começo do século XX duas guerras mundiais e por conta dos traumas decorrentes das milhões de mortes, dos “holocaustos” e fascimos um “novo” comportamento sexual, social e cultural pareceu querer destruir antigas normas já estabelecidas<sup>3</sup>. Com a Aids na década de 1980, temos o pretexto e o contexto ideal para voltarmos com os velhos tabus e normas contra o que aparentava ser um desvio de curso da sociedade.

Nesse sentido é importante observar o que o antropólogo Paulo Sérgio do Carmo afirma:

Uma das áreas da sexualidade humana mais marcada por preconceitos é, sem dúvida, a homossexualidade. Embora em outras culturas e em outras épocas tenha sido até mesmo exaltada, em nossa sociedade foi por muito tempo – e em menor escala continua sendo – estigmatizada como desvio, doença, aberração, crime, pecado. Teses de medicina desenvolvidas a partir da metade do século XIX expressavam preocupação com o crescimento do “homossexualismo”, fato observado pelo aumento dos registros policiais em que se prendiam homens vestidos de mulher (2011, p. 281).

Percebemos então a ligação entre o saber médico e a ordem policial, apontadas por Paulo Sérgio do Carmo, haverá dessa forma não só a associação entre homossexualidade e problemas de ordem biológica desses sujeitos transformados em doentes, portadores de um mal a ser combatido, como também à lei, associado a um desvio de conduta. Logo teremos uma criminalização da homossexualidade com um sentido amparado pela ciência médica e pela norma jurídica que irão avançar sobre a sociedade numa teia de relações de força, numa micropolítica, que segundo Foucault (1979), a ordem do saber-poder se estabelece numa manutenção ou imposição de poder, na medida em que o poder não se detém como uma coisa a ser conquistada, mas se impõe dentro de um processo relacional de forças, de interesses num dado contexto, numa dada sociedade.

É interessante observar que Mary Del Priori (2011), Zuenir Ventura (2008) e Luiz Nazario (2005) com seus estudos centrados nos comportamentos culturais, políticos e sexuais desse momento vão identificar a Aids como sendo uma “contrarrevolução” a toda essa onda de liberalização que estava ocorrendo na décadas de 1960 e 1970.

Em Teresina no jornal “O Estado” em 1989 na chamada de capa com letras garrafais pode-se ler: “Secretário aconselha população a não ter contato com hippies”. O referido jornal

---

<sup>3</sup> É importante perceber que desde o final do século XIX e início do XX temos diversos exemplos de movimentos artísticos, científico e literários que já desafiavam os padrões estéticos e culturais estabelecidos nos séculos XVIII e XIX, como o expressionismo, o dadaísmo, o impressionismo e a própria psicanálise que irá descentrar o sujeito moderno na medida em que desloca o centro (razão) para uma multiplicidade infinita de centros escondidos, não pronunciados (NAZÁRIO, 2005).

observa a discriminação feita pelo então Secretário de Saúde do município Stanley Brandão de Oliveira, médico, que alerta à população de Teresina a não ter contato com os hippies que estavam na cidade, pelo fato desse grupo ser considerado “de alto risco para proliferação da doença”, e identificados como promíscuos.

Não há como não lembrar do personagem o “velho” da obra “A alma do Lázaro” de José de Alencar. O referido personagem afirmava não possuir nome, já que o tinham fixado uma identidade: “o leproso”, e por isso ficava escondido, isolado sobre os escombros de uma antiga casa com medo da reação da população caso resolvesse sair, habitar as cidades visíveis, praticadas no seu cotidiano a partir da norma médica. Perlongher (1987) nos fala do “aidético”, que tal como o leproso de José de Alencar é um ser carregado de culpas e pecados. Em 1989 em artigo intitulado: “O mal absolvido: Vaticano perdoa aidéticos e discute síndrome” veiculado na revista *Veja*, temos a seguinte afirmação:

Três séculos depois de condenar as teorias do astrônomo italiano Galileu Galilei, a Igreja Católica admitiu que cometera um erro – e aceitou tardiamente que a terra não é o centro do universo. Em relação à Aids, a mortal síndrome da imunodeficiência adquirida, que já vitimou mais de 180 000 pessoas em todo o mundo, a Santa Sé demorou bem menos para reavaliar uma posição intolerante. Depois de qualificar a moléstia, através de alguns de seus prelados, como um “castigo de Deus” contra a permissividade sexual, o Vaticano patrocinou na semana passada o Congresso Internacional sobre a Aids, em Roma, onde exortou os fiéis a terem, misericórdia com as vítimas do mal (VEJA, 1989, p. 102).

Alguns pontos chamam a atenção, primeiro à Aids, enquanto prática discursiva, é atribuído o sentido de “mortal”, significando dizer que todos os sujeitos infectados pela doença estariam fadados a morte certa, morte e Aids andavam assim de mãos dadas sobre os corpos que nada podiam fazer a não ser esperar a morte anunciada e que para tanto os fiéis, diante de tal infortúnio dos infectados deveriam ter “misericórdia com as vítimas do mal”. Em segundo lugar, mal este que durante oito anos, tendo em vista que os primeiros casos são de 1981 e que este pronunciamento da Igreja só se dá em 1989, os clérigos associaram a Aids a um “castigo de Deus” diante da “permissividade sexual” desses sujeitos. Em um país como o Brasil onde a fé católica era predominante na década de 1980 e que o Piauí era, segundo o IBGE<sup>4</sup>, o Estado onde mais a fé católica era professada podemos tentar imaginar como simbolicamente as pessoas que adquiriam Aids eram significadas perante a população, como

---

<sup>4</sup> IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). “Disponível em: [http://downloads.ibge.gov.br/downloads\\_estatisticas.htm](http://downloads.ibge.gov.br/downloads_estatisticas.htm)”.

através dos discursos científicos, policiais e religiosos a doença adquiria um aspecto moral qualificativo sobre os homens e mulheres que eram infectados e denominadas de “aidéticos”.

Assim, observamos que há uma naturalização sobre os sentidos que afirmam que os desvios, os sujeitos desviantes devem ser expurgados, encarcerados ou expulsos das cidades visíveis, a cidade que todos nós praticamos com nossos conceitos e sentidos previamente formados sobre o que é certo e errado, quem está do lado do bem e que habita o lado das sombras, ficando estes com as sobras dos nossos hábitos, nossos prazeres e o nosso amor, ou melhor, nossa “misericórdia”.

Dessa maneira acredita-se ser necessário problematizar a AIDS, desnaturalizando-a e mostrando os sentidos que vão recobrando o saber que se estabeleceu ao longo dos anos 1980. Para além da compreensão do discurso científico que irá estabelecer o que é a AIDS enquanto doença haverá a construção de uma AIDS enquanto discurso moralizador e normatizador, enquanto prática de exclusão e disciplinarização, que fez com que se criasse em longo prazo, um imaginário social relacionando a AIDS à homossexualidade.

Percebendo com a análise dos discursos que estabelecem um imaginário negativo sobre os corpos infectados é que este estudo buscou respostas relevantes que contribuam para uma discussão mais ampliada sobre as palavras e os conceitos que recobriram os corpos e lhe definiram um lugar.

Faz-se necessário, portanto, apreender a AIDS enquanto categoria histórica para que se possa refletir no entorno de suas margens os seus contornos, os seus limites, bem como a partir de seu preenchimento de verdade, apreender o momento no qual um saber foi fixado, uma identidade segregadora e reducionista foi inventada, ficcionada nos espaços dos jornais, revistas, na tessitura dos próprios corpos.

Para além das palavras pretendeu-se visualizar as relações de força que a sociedade brasileira travou sobre corpos humanos que abismavam entre a cruz e a espada, entre o normal e o patológico do próprio existir como soropositivo.

## **Referências**

### **Fontes**

- A peste e a culpa. **Veja**. São Paulo, n. 884, p. 64-67, 14 ago. 1985.  
O mal absolvido. **Veja**. São Paulo, n. 1106, p. 102, 22 nov. 1989.  
O delírio do sexo nos Estados Unidos. **Folha de São Paulo**. SP, 7 maio 1983. Ilustrada, p. 25.  
O mal absolvido. **Veja**. São Paulo, n. 1106, p. 102, 22 nov. 1989.

Discriminação no Piauí: secretário aconselha população a não ter contato com “hippies”. **O Dia**. Teresina. PI, n. 1078, p. 01, 12 out. 1989.

### **Bibliografia**

- ALENCAR, José de. **A alma do Lázaro**. Fortaleza: Expressão Gráfica Editora, 2011.
- ASSIS, Machado de. **O alienista**. São Paulo: Editora Ática, 2000.
- BRANCO, Edwar de Alencar Castelo. **Todos os dias de paupéria**: Torquato Neto e a invenção da tropicália. São Paulo: Annablume, 2005.
- CAMUS, Albert. **A peste**. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- CARMO, Paulo Sérgio do. **Entre a luxúria e o pudor**: a história do sexo no Brasil. São Paulo: Octavo, 2011.
- DEL PRIORI, Mary. **Histórias íntimas**: sexualidade e erotismo na história do Brasil. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2011.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- \_\_\_\_\_. **As palavras e as coisas**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- \_\_\_\_\_. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.
- NAZARIO, Luiz. Quadro histórico do pós-modernismo. In: BARBOSA, Ana Mae. **O pós-modernismo**. São Paulo: Perspectiva, 2005.
- KEROUAC, Jack. **On the road**. Porto Alegre: LP&M, 2001.
- \_\_\_\_\_. **Os vagabundo iluminados**. Porto Alegre: LP&M, 2007.
- PERLONGHER, Néstor. **O que é AIDS?** São Paulo: Brasiliense, 1987.
- VENTURA, Zuenir. **1968**: o que fizemos de nós. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2008.
- GASPARI, Elio. **A ditadura derrotada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- MIRA, Maria Celeste. **O leitor e a banca de revistas**: o caso da Editora Abril. Campinas, SP, 1997. 359p. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humas.
- COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2004.

Recebido em: 07 de junho 2013

Aprovado em: 21 de agosto de 2013